



LUIZ ALBERTO SALLES FRUET
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2025

ILMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE ERNESTINA-RS

REF.: PREGRÃO PRESENCIAL Nº 05/2025

A empresa **SINVEL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, sediada na rua Flavio Schmidt, 67, centro, no município de Ernestina-RS, inscrita no CNPJ nº 72.160.625/0001-21, por meio de seu Sócio Administrador, o Sr. **Elton Juarez Schmitz**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1039069941 e CPF nº 619224980-68, vem, respeitosamente, na presença de V.Sa., em tempo hábil, com fulcro no artigo 165, da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, a fim de interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão da Exma. Comissão Permanente de Licitação que desclassificou a empresa, em relação ao item 102, por descumprimento do item "6", sub item "6.4", o qual não constou a marca do produto e sim da distribuidora, por contestação dos demais licitantes presentes e decisão da comissão de licitação.

1- DA TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, visto que, o prazo conferido pela CPL é de três dias úteis, ou seja, encerra-se em 17/06/2025 às 23:59h para interpor recurso administrativo contra a decisão acima relatada, a contar da data de ciência do ato, notadamente manifesto por meio de ata de sessão publicada em 12/06/2025. Razão pela qual o



protocolo das razões recursais na presente data é **plenamente tempestivo**.

2- DO CABIMENTO

Conforme indicado, o instrumento convocatório estabeleceu posição consoante aos preceitos da lei, conforme item 11 do Edital.

Do mesmo modo, quanto ao teor técnico que justifica o cabimento do presente recurso, informa-se que o que aqui se objetiva é pleitear a revisão da injusta desclassificação da empresa, em relação ao item 102, o qual não constou a marca do produto e sim da distribuidora.

A decisão errônea no certame em epígrafe, com excesso de rigor, não permitindo qualquer diligência, a fim de que, a recorrente corrigisse o erro.

Posto isto, manifestamos o cabimento do presente recurso, que deverá ser conhecido e regularmente processado frente às razões que passamos, respeitosamente, a expor:

3- DOS FATOS

A prefeitura de Ernestina, tornou pública a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 5/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇO, cujo objeto é "Selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de MATERIAIS HIDRÁULICOS".

A sessão transcorreu normalmene até que houve a desclassificação da Recorrente, no item 102, qual seja:

HIDROMETRO MEDIDOR DE ÁGUA $\frac{3}{4}$ DE METAL, COM KIT DE CONEXÕES, VAZÃO MÍNIMA 1,5 M3/H, VAZÃO MÁXIMA 3,0 M3/H.

O Erro da recorrente, foi simplesmente o engano quanto a marca, pois colocou o nome do fornecedor (OUVRAGE) e não a marca, qual seja: Hidrometer.

O Erro da Comissão de Licitação, foi sequer possibilitar que a Recorrente, corrigisse o erro, evitando assim o excesso de rigorismo formal, que é abominado pela doutrina e pela própria legislação, como adiante iremos discorrer.



4- DA PROPOSTA

Como já exposto, a empresa declarada vencedora do certame apresentou preços que poderiam ser facilmente minorados por parte da Recorrente, gerando uma excelente economia para a Administração Municipal. Assim se questiona o poder-dever da administração em sede de diligências, em qualquer caso, para que eventuais erros evidentes e que possam ser corrigidos sem prejuízo ao certame, sejam sanados.

4.1- DOS ERROS FORMAIS E MATERIAIS

O instrumento convocatório é claro a todos os licitantes quanto a possibilidade de diligenciar acerca de eventuais erros formais e materiais, do seguinte modo:

“17.12. o desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público”.

No entanto, é imperioso elucidar como a doutrina e os tribunais brasileiros tratam os chamados erros em sede de licitação, tanto os formais quanto os erros materiais, bem como as outras espécies claramente identificadas no presente certame.

ERRO NO DOCUMENTO

Trata-se da distorção entre o conteúdo e a vontade daquele que o produziu. Pode ser o vício da declaração, a determinar que o conteúdo do documento está diferente do desejo pretendido por aquele que o redigiu; pode ser o vício contido no documento que retrata situação diferente da que de fato ocorreu; pode ser o vício involuntário a produzir conteúdo inverídico.

Diferente do “erro” é a ação voluntária, consciente e intencional, a produzir conteúdo.



O erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa ou validar o ato.

Se um documento é produzido de forma diferente da exigida, mas alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido.

O chamado erro material de fácil constatação, perceptível à primeira vista, a olhos nus. Não carece de maior exame para detectar que há um flagrante desacordo entre a vontade e o que de fato foi expressado no documento. Não há necessidade de recorrer a interpretação de conceito, estudo ou exame mais acurado para detectar esse erro; ele é percebido por qualquer pessoa.

A **finalidade** das cláusulas que impõe a **inabilitação** ou a **desclassificação** dos participantes deve ser avaliado com base no bem jurídico que a regra violada está destinada a tutelar. De modo que, na hipótese de **inocorrência de efetiva lesão** a um interesse público relevante, deve-se oportunizar ao licitante que a irregularidade seja **corrigida**.

Trata-se, pois, da aplicação do princípio processual da **instrumentalidade das formas** aos certames licitatórios, **relativizando-se o rigorismo formal**.

Assim, a nova Lei objetiva **restringir** o espaço de discricionariedade das entidades contratantes, a fim de evitar **formalismos excessivos**. Inclusive, que possam resultar em uma verdadeira “caça aos erros” durante a verificação da regularidade da documentação apresentada pelos licitantes

Nesse sentido, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para quem as regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que:

“sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, **possibilitem a participação do maior número de concorrentes**, a fim de que seja possibilitado, se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa” (STJ. REsp nº 512.179/PR. Rel. Min. Franciulli Neto. Segunda Turma. **DJ, 28 out. 2003**).

Nota-se que eventuais erros de natureza formal no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame.



Muito pelo contrário, uma vez verificado o equívoco na proposta da licitante, deve o órgão licitante conceder prazo para a regularização do erro, possibilitando, assim, o ajuste da proposta apresentada.

5- DAS DILIGÊNCIAS

Como podemos notar, não houve sequer uma diligência.

DAS RAZÕES JURÍDICAS PARA A REFORMA DA DECISÃO E DO ATO ADMINISTRATIVO

De modo preliminar, cumpre enaltecer o princípio da autotutela que estabelece que a Administração Pública tem o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos. Assim, a Administração não precisa recorrer ao Poder Judiciário para corrigir os seus atos, podendo fazê-lo diretamente, sendo que esta correção é o que se espera após o recebimento do presente recurso.

Isto exposto, vejamos entendimento do TCU acerca do tema:

Manual de licitações TCU, páginas 471 e 472.

*Aberto o envelope com a proposta técnica da única empresa habilitada, a Comissão de Licitação constatou que suas disposições não atendiam, em sua inteireza, as condições estabelecidas no ato convocatório do certame. Dessa forma, decidiu a CPL convocar a empresa para o saneamento de sua oferta, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei de Licitações. **O aludido dispositivo legal concede à Administração a faculdade de oferecer prazo para apresentação de novos documentos ou de novas propostas, caso a decisão seja pela inabilitação de todos os licitantes ou pela desclassificação de todas as propostas.** Por ser uma faculdade, cabe ao gestor avaliar, no caso concreto, a conveniência e a oportunidade de sua utilização. **No entanto, se admitida deve ser utilizada nos estritos limites estabelecidos na legislação. A aplicação do § 3º do art. 48 pressupõe a desclassificação de todas as propostas ou a inabilitação de todos os licitantes. O princípio da isonomia impede que a Administração faculte a renovação dos documentos ou das propostas quando houver licitantes habilitados ou classificados.** Portanto, se um único licitante preencher os requisitos estabelecidos no edital, não se deve*



admitir o saneamento dos vícios por parte dos demais. Além disso, a regra não pode ser aplicada relativamente a licitantes já excluídos em outras fases no curso da licitação. Desclassificada a proposta técnica da única participante do certame, não cabe facultar aos licitantes eliminados na fase de habilitação apresentar novos documentos ou novas propostas técnicas. Os licitantes inabilitados já foram excluídos da licitação e não devem ser reconvocados pela desclassificação da proposta técnica do proponente remanescente. Outrossim, a existência de apenas um concorrente em determinada fase do certame, a meu ver, não desnatura a aplicação

§ 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/1993. Ressalvados os casos de licitação na modalidade convite, onde se exige o número mínimo de três propostas aptas à seleção, a Lei nº 8.666/1993 não condiciona a validade de seus certames à participação de um número mínimo de licitantes. Tampouco se pode concluir que a permanência de um único participante se traduzirá em contratação pouco vantajosa para a Administração.

Acórdão 4584/2008 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)

Nesta esteira, nosso entendimento é que a administração excedeu, e muito, no seu dever de diligenciar e acabou não permitindo a correção de erros formais e essenciais ao certame, prejudicando assim a Recorrente.

6 – DOS PEDIDOS

Diante ao exposto, tendo em vista que a empresa foi equivocadamente desclassificada, no item 102, pois não lhe foi concedido a oportunidade de corrigir o erro, e ante aos fatos narrados e as razões de direito aduzidas na presente peça, REQUER:

1- Que seja conhecido o presente RECURSO ADMINISTRATIVO e declarada a total procedência das razões elencadas, através da revisão da decisão que desclassificou a recorrente, abrindo-se novo procedimento licitatório para o item 102;

2- Seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pelo não provimento deste Recurso, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas, no prazo **do instrumento convocatório**.



LUIZ ALBERTO SALLES FRUET
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

3- Por fim, em caso de prosperar outro entendimento por parte desta Comissão, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento

Ernestina/RS, 17 de junho de 2025.

SINVEL MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Elton Juarez Schmitz – sócio administrador